

INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA CONSULTA:

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - para informações relativas à legislação de preservação e procedimentos
R. Gago Coutinho, 52, 3º andar. Laranjeiras. Tel.: 2976-6626

Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização Urbanística - AP 1 e 2 da Secretaria Municipal de Urbanismo

3ª Gerência de Licenciamento e Fiscalização - Centro - Rua República do Líbano, 54, 2º andar

Coordenação de licenciamento e fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda
2ª /3ª IRLF (Centro) - Rua Senhor dos Passos, 50

INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA PESQUISA:

Arquivo Geral da Cidade (construções até a década de 1920) - Rua Amoroso Lima, 15. Cidade Nova. 2273-3141

Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Urbanismo

(construções a partir da década de 1930) - Av. Monsenhor Félix, 512 - Irajá
Arquivo Nacional - Praça da República, 173. Tel.:2179-1228

Fundação Casa de Rui Barbosa - Rua São Clemente, 134 - Botafogo. Tel.:3289-4600

Biblioteca Nacional - Av. Rio Branco, 219 - Centro. Tel.: 2220-9484 e 3095-3879

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Av. Augusto Severo, 8/10º andar



Guia das APACs

Corredor Cultural

Entorno da Rua da Candelária 2

01

n.02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16





As Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC)

Por muito tempo, o único instrumento legal de proteção do patrimônio cultural no Brasil era o do **tombamento**, instituído pelo Decreto-Lei 25/37 para aquilo considerado como patrimônio histórico e artístico nacional e adotado pelas legislações estaduais e municipais. Protegiam-se, assim, bens culturais de valor excepcional, individuais ou conjuntos, mas de grande significado histórico ou artístico.

O Rio de Janeiro deu um passo à frente das demais localidades brasileiras ao criar um instrumento de proteção do patrimônio cultural diferente do tombamento, que conjugava preservação e desenvolvimento urbano: as **Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – (APAC)**.

A criação das APACs, na cidade do Rio de Janeiro, teve início com o Projeto Corredor Cultural, em 1979, transformado em legislação municipal pelo Decreto 4.141 de 1983, e pela Lei 506/84, reformulada posteriormente pela Lei no 1.139/87. Esse projeto propôs a proteção das características arquitetônicas de fachadas, volumetrias, formas de cobertura e prismas de claraboias de imóveis localizados na Área Central de Negócios que não haviam sido alvo da ação renovadora do ambiente urbano que atingira o local nas décadas de 50 a 70 do século passado.

Em 1984, três outras áreas urbanas tiveram legislações específicas, com o nome de APA (Área de Proteção Ambiental)¹, a saber: bairro de Santa Teresa, Projeto SAGAS (bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro) e Rua Alfredo Chaves, no Humaitá. A partir de então, outras tantas foram sendo criadas até atingirmos o número de 33, aí se somando as Áreas de Entorno de Bens Tombados.

Com a edição do primeiro Plano Diretor Decenal da cidade (1992), a APA se transforma em APAC, ficando aquela denominação apenas para os ambientes naturais.

Uma APAC é constituída de bens imóveis – casas térreas, sobrados, prédios de pequeno/médio/grande portes – passeios, ruas, pavimentações, praças, usos e atividades, cuja ambiência em seu conjunto (homogêneo ou não), aparência, seus cheiros, suas idiosincrasias, especificidades, valores culturais e modos de vida conferem uma identidade própria a cada área urbana.

Através da criação de uma APAC, a legislação urbana estabelece imóveis que poderão ser **preservados** (fachadas, coberturas – formas e materiais, volumetria, claraboias e outros elementos arquitetônicos relevantes); outros, **passíveis de renovação**², que poderão até ser substituídos, dentro de parâmetros que respeitem a ambiência preservada. A legislação da APAC pode, também, estabelecer novos parâmetros urbanos como, por exemplo, gabaritos para a área, atividades e usos adequados e condições de parcelamento do solo. Assim, criam-se as condições necessárias para que a cidade possa garantir sua memória urbana, preservando sua imagem cultural e, ao mesmo tempo, fomentando a adaptação da cidade à contemporaneidade. A APAC não é um instrumento saudosista, mas culturalista, acumulativo, permitindo que novos valores e significados possam ser agregados à identidade urbana, promovendo a dinâmica vital da cidade.

¹ Regulamentada pelo Decreto 7.612/88.

² Cf. PLANO DIRETOR DECENAL, Lei Complementar 111/2011.

Dentro do IRPH, a Gerência de Conservação e Fiscalização, através de seus três Escritórios Técnicos, tem a atribuição de promover a preservação desse patrimônio, através de um trabalho cotidiano de GESTÃO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL e FISCALIZAÇÃO.

Nosso trabalho consiste na análise das intervenções físicas em todos os imóveis situados nas APACs, com a orientação direta aos moradores, proprietários e profissionais quanto à melhor forma de se manter, conservar e reformar tais imóveis e acompanhando as obras; fiscalizando as áreas urbanas e, também, propondo maneiras mais adequadas de se manter o ambiente protegido com condições de habitabilidade.

Na cidade do Rio de Janeiro existem 33 APACs e Áreas de Entorno de Bens Tombados (AEBT), cujas gestões se distribuem pelos três Escritórios Técnicos. O 1º Escritório Técnico abrange a APAC do Corredor Cultural. O 2º Escritório Técnico se estende desde o Centro e Santa Teresa até a Zona Oeste, passando pela Ilha de Paquetá. Por fim, o 3º Escritório Técnico tem, sob sua tutela, as APACs dos bairros da Zona Sul. Vale ressaltar que qualquer que seja a intervenção pretendida para as edificações, até mesmo uma simples pintura externa ou a colocação de um letreiro, assim como transformação de uso, esta deve ter a licença da prefeitura.

Portanto, quem desejar restaurar, conservar, reformar ou construir um imóvel dentro das APACs deve procurar um dos nossos Escritórios Técnicos e receber todas as orientações pertinentes para que seu projeto esteja em conformidade com as diretrizes da preservação dos bens culturais.

Arquiteto Luiz Eduardo Pinheiro da Silva – Gerente de Conservação e Fiscalização.

SUMÁRIO

EVOLUÇÃO URBANA	03
CORREDOR CULTURAL - O CENTRO HISTÓRICO	07
BENS PRESERVADOS PELA LEI n. 1.139/87	09
ENTORNO DA RUA CANDELÁRIA n. 2	10
BENS PRESERVADOS PELO DECRETO n. 28.911/07	10
BENS TOMBADOS POR DECRETOS ESPECÍFICOS NAS ÁREAS DE PROTEÇÃO ..	11
MAPA	24



Primórdios

Descoberta em 1532, a Baía de Guanabara recebeu o nome de Rio de Janeiro por assemelhar-se à foz de um grande rio. A cidade seria fundada a 1º de março de 1565, por Estácio de Sá, com o nome de São Sebastião do Rio de Janeiro, pequeno arraial entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar. Expulsos os invasores franceses, Mem de Sá transfere o núcleo para o Morro do Castelo, em cujo topo ergueu-se uma vila, segundo o modelo da cidade medieval portuguesa, cercada por muros providos de artilharia.

No final do século XVI, a cidade se desenvolvia como subproduto do escoamento de pau-brasil, cana-de-açúcar e da pesca da baleia, em regime de monopólio comercial da metrópole.

Cessadas por algum tempo as tentativas de invasão e garantida a sua defesa, o povoado começou a se expandir descendo o Morro do Castelo e seguindo pela restinga em direção às partes secas do território. Este caminho percorrido ligava à várzea de N.Sra. do Ó (Praça XV), denominado Rua Direita (hoje Rua Primeiro de Março).

Ao longo do século XVII, intensificava-se a exploração do pau-brasil e da agroindústria do açúcar. Parcelavam-se gradualmente as extensas sesmarias concedidas por governantes a particulares, à própria cidade e a ordens religiosas, dando origem a extensas fazendas de cana-de-açúcar e engenhos, e de criação de gado.

Além da grande propriedade de terras, a economia se baseava na exploração da mão de obra escrava, alimentada pelo lucrativo comércio de escravos africanos. Em meados do século XVII, surge uma pequena urbe imprensada entre os morros do Castelo e de São Bento, limitada pelo mar e pela atual Rua da Quitanda, com cerca de quatro mil moradores, entre índios, portugueses e negros.

Intensificava-se a ocupação da várzea, e alguns edifícios públicos foram erguidos na várzea de N. Sra. do Ó, o novo polo de irradiação da



cidade colonial, a partir do qual o perímetro urbano seria ampliado. As novas ruas apresentavam um traçado relativamente regular e retilíneo, compondo uma trama enxadrezada, de onde partiam os caminhos que levavam aos estabelecimentos rurais do interior.

Século XVIII - grande impulso ao desenvolvimento urbano

O século XVIII marcou uma significativa mudança na posição ocupada pelo Rio de Janeiro na colônia. A construção do Caminho Novo (1704), que ligava a cidade à região das Minas Gerais, onde haviam sido descobertos ouro e pedras preciosas, transformava-a em porto de escoamento da produção daquela região para Lisboa e de importação de mercadorias estrangeiras a ela destinadas. A cidade assumia um papel fundamental na colônia, mudando seu panorama político e econômico, o que resultou no primeiro grande impulso para o desenvolvimento urbano.

Com o declínio da mineração, a metrópole aumentou o controle sobre o Brasil, sua última colônia. Cresciam também as ameaças de invasões, materializadas em 1710 e 1711, por franceses, e cujos prejuízos levaram à reorganização do sistema de proteção da cidade.

Ao longo do século, os planos de remodelação deixaram marcas importantes na paisagem,

como a construção do grande aqueduto (os Arcos da Lapa) para levar água do Rio da Carioca para o Campo de Santo Antônio, resultante do aterro da Lagoa da Carioca, hoje Largo da Carioca.

A área urbana se expandiu graças a outros aterros de lagoas e brejos, bem como de trechos do litoral. O núcleo da cidade alcançava as atuais ruas Uruguaiana, São José e São Bento.

O Largo do Carmo já fora transformado em logradouro público e impunha-se como o coração do Rio de Janeiro e da colônia. Seu entorno constituía um imponente conjunto arquitetônico religioso e político. Em 1743, nele erigiu-se a nova Casa dos Governadores, depois Paço da Cidade.

Em 1763, o Rio foi elevado à capital da colônia e sede do vice-reinado. Com isto prosseguia a criação e a remodelação de espaços públicos: a construção do Passeio Público sobre o aterro da Lagoa do Boqueirão, a remodelação do Largo do Carmo com novo cais e o chafariz.

No final do século XIX inúmeras mudanças políticas, sociais e econômicas refletiam o início de um processo de modernização e a ação de novos atores no jogo político. A cultura do café já decadente na província do Rio de Janeiro era pujante em solo paulista. Iniciava-se um processo de industrialização que deu origem a fábricas também em algumas áreas da cidade.

A Proclamação da República

Em 1889, proclamada a República, o Rio de Janeiro tornou-se Capital Federal, caracterizando-se cada vez mais como centro político, administrativo e cultural do país. O Rio de Janeiro desenvolvia-se dentro dos padrões capitalistas, suas funções se multiplicaram, intensificando-se as atividades comerciais, industriais, bancárias, administrativas e de ensino. As grandes mansões passaram a sediar órgãos públicos e até mesmo casas de cômodos subdivididos em cubículos. As grandes propriedades foram loteadas para a construção de habitações, e, mais tarde, de edifícios.



O solo urbano tornava-se mercadoria altamente valorizada, notadamente pela ação do governo municipal, de empresários do ramo imobiliário, bem como de empresas estrangeiras concessionárias de serviços diversos.

O espaço da cidade exigia adequação à nova estrutura política do país e às necessidades da economia brasileira, integrada ao mercado mundial através da exportação de café. Além de viabilizar o incremento das atividades econômicas, a cidade deveria ser modernizada para espelhar seu status de capital do principal produtor mundial de café.

Século XX - a reforma urbana do prefeito Pereira Passos

Na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), nomeado pelo presidente Rodrigues Alves, realizou-se a maior reforma urbana executada até então. Em 1906, depois do popularmente conhecido como “bota abaixo”, o Rio de Janeiro adquirira características de uma capital modernizada, estava em condições de receber o título de Cidade Maravilhosa. Era

o Rio da “belle époque”, segundo o modelo haussmaniano francês, batizada de Cidade Maravilhosa.

O governo federal realizou a transferência e modernização do porto. Priorizou-se a construção de grandes avenidas para facilitar a circulação urbana e embelezar certas áreas da cidade, além de permitir um melhor controle sobre o espaço. Destacam-se a Avenida Central, as avenidas radiais Francisco Bicalho e Rodrigues Alves, as avenidas Mem de Sá e Salvador de Sá, no Centro. Na direção à Zona Sul, abriu-se a Beira Mar, a Av Atlântica, além do Túnel Novo.

A abertura da Av Central – atual Rio Branco – implicou na demolição de centenas de imóveis comerciais e residenciais e, conseqüentemente, o desalojamento de numerosa população. Conectando zona portuária à Av Beira Mar, a Av Central apresentava em seu extremo sul um polo representativo do período republicano, a área da Praça Floriano, cercada por vários prédios ecléticos Teatro Municipal, Biblioteca Nacional, a antiga Escola de Belas Artes e Palácio Monroe, já demolido, conhecida como Cinelândia. Data desta época a criação dos primeiros projetos de alinhamento para disciplinar o crescimento urbano.

Dentre tais reformas, algumas tiveram continuidade nas administrações seguintes, resultando no acirramento de contradições urbanas presentes há muito, notadamente a estratificação social do espaço, já que as áreas periféricas, também adensadas, não recebiam semelhantes melhoramentos

As intervenções no Centro, segundo berço da cidade colonial (o Morro do Castelo fora o primeiro), tiveram como subproduto a intensificação da ocupação dos morros da área central, como o da Providência e o de São Carlos.

Na gestão do prefeito Carlos Sampaio (1920-1922), uma nova onda de reformas urbanas (no Centro e na Zona Sul), visava preparar a cidade para a comemoração do 1º Centenário da Independência, que atrairia inúmeros visitantes estrangeiros à cidade. O Morro do Castelo foi

arrasado e, com ele, o sítio histórico mais antigo da cidade e seu berço, habitado à época por inúmeras famílias pobres.

Ao final da década de 1920, para controlar o processo de desenvolvimento acelerado da cidade, o governo encomendou um plano de urbanização ao arquiteto urbanista francês Alfred Agache. Seu plano buscava estratificar o espaço de forma organizada, embelezando e restaurando as zonas Centro e Sul, com a erradicação de favelas e a disponibilização de casas higiênicas para o operariado em áreas afastadas. Apesar de não adotado oficialmente, muitas de suas propostas seriam utilizadas posteriormente.

Segunda metade do século XX

No início dos anos 1960, as conseqüências do modelo urbanístico praticado até então faziam-se sentir. O problema habitacional já se tornara crítico, a concentração de renda acentuava a segregação dos diferentes segmentos sociais no espaço urbano.

Nesta quadro, a implantação da indústria automobilística no Brasil demandava a adequação da cidade às necessidades do automóvel. Carlos Lacerda (1961-1965), concluiu e construiu avenidas, túneis e viadutos, bem como o parque do Aterro do Flamengo.

A partir do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-61) foi implantado um modelo desenvolvimentista que resultou em grande desenvolvimento econômico privilegiando o eixo Rio-São Paulo, o que acirrava a superconcentração populacional nestas capitais.

Em 1960, o Rio de Janeiro perde o status de capital federal, transferida para Brasília, tornando-se Estado da Guanabara. Com menor aporte de investimentos estrangeiros e de ser superada na economia por São Paulo, a metrópole carioca manteve uma alta taxa de crescimento populacional.

Os anos iniciais desta década registraram crise econômica, inflação, desemprego e tensões sociais seguidas de grave crise política. O governo

João Goulart foi interrompido pelo movimento civil – militar de 1964, quando forças militares instauraram o regime de ditadura militar no Brasil.

O autoritarismo favorecia os interesses do grande empresariado industrial, implicando em políticas urbanas que acentuaram a concentração de renda em nível do espaço urbano. Iniciou-se, então, drástico processo de remoção de favelas de terrenos mais valorizados da Zona Sul. Intensificou-se a especulação imobiliária levando à expansão da área da cidade ocupada por segmentos de alto poder aquisitivo, reforçava-se o papel do estado neste processo direcionando a abertura de vias de acesso a novos espaços para a indústria de construção civil.

O final desta década, o modelo de crescimento da economia conhecido como o “milagre econômico”, pautava-se na alocação de recursos aos grandes interesses econômicos. A década seguinte registrou grandiosas obras no Rio de Janeiro, patrocinadas pelo governo central – a implantação do metrô, a Ponte Rio – Niterói, entre outras, marcaram significativamente a imagem do Rio.

Em 1975, o Rio de Janeiro torna-se capital do novo Estado do Rio de Janeiro, criado pela unificação do antigo Estado do Rio com o Estado da Guanabara. Através do mesmo documento de criação do novo estado, o governo central dividia-o em nove regiões metropolitanas, sendo a capital uma delas, o que possibilitava uma maior intervenção federal nas áreas urbanas.

Após uma fase de forte repressão política, a partir de 1974 vive-se um período de abertura política com um retorno gradual e controlado à democracia, necessário face os péssimos resultados econômicos e sociais do modelo implantado em 1964.

Com a crise do petróleo, o fim do “milagre econômico” e o crescimento da dívida externa, a economia se enfraqueceu e a inflação subiu. A exemplo dos demais grandes centros urbanos, a deterioração da qualidade de vida aumentou muito a insatisfação social. Os problemas gerados pelo aumento da densidade populacional se multiplicaram, afetando todas as camadas

da população. As intervenções urbanísticas do regime autoritário arrasaram bairros, descaracterizaram a cidade, diminuindo a quantidade e a qualidade de áreas verdes. A especulação imobiliária adensou bairros tradicionais, aumentando o preço da habitação, criando problemas de trânsito e de poluição, a congestionando os serviços públicos.

No final dos anos de 1970, surgem as associações de moradores de todas as classes sociais para exigir a melhoria da qualidade de vida nos seus locais de residência.

Entretanto, obras viárias de grande porte aumentavam a descaracterização da cidade.

A criação do Corredor Cultural

No Rio de Janeiro, a crise econômica dos anos 1980, certa estabilização do crescimento da população urbana, e a retomada da democracia foram fatores que estancaram parcialmente o desenvolvimento da indústria imobiliária.

Neste quadro, a questão urbana passa a ser tratada com maior sensibilidade, ampliando-se a discussão dos problemas ambientais, onde a preservação do patrimônio cultural urbano – arquitetônico e paisagístico – assumiu um lugar de destaque. Os Projetos de Estruturação Urbana (PEUs) visavam criar regras para controlar a ocupação espacial segundo as características de cada área.

No Rio, a exemplo de outros países, o foco da proteção do patrimônio cultural edificado voltou-se para a preservação de sítios urbanos e conjuntos arquitetônicos, não mais se limitando ao tombamento de marcos notáveis. Neste quadro, a proposta de um grupo de intelectuais consolidou-se pela Lei nº 506, de Preservação Paisagística e Ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, conhecida como a Lei do Corredor Cultural, de 17 de janeiro de 1984, revista e ampliada pela **Lei nº 1.139 de 16 de dezembro de 1987**.

Além do tombamento de bens, o novo instrumento de preservação ambiental buscava manter a estrutura física de trechos do tecido urbano, revitalizando suas atividades.



A implantação do Corredor Cultural possibilitou a preservação de cerca de 1.300 edificações na área sob sua tutela, que, subdividida em três partes, compreende o entorno dos Arcos (Lapa-Cinelândia), a Praça XV de Novembro, o Largo de São Francisco e a Saara, onde se concentra o casario sobrevivente às reformas profundas impostas ao Centro do Rio.

À época, o governo municipal investiu na reurbanização de logradouros públicos e na iluminação de determinadas fachadas, visando estimular as obras de recuperação das fachadas por seus proprietários, além de isentá-los do pagamento do IPTU.

O Corredor Cultural foi concebido com o objetivo de proteger o conjunto arquitetônico antigo do Centro da cidade e orientar a inserção de novas construções. Foi dividido em três áreas distintas de acordo com sua identidade e características predominantes:

Área 1 – Saara



Este trecho se destaca do restante da cidade principalmente pela permanência do traçado colonial, com lotes muito estreitos e compridos, no qual os vazios existentes, como a Praça Tiradentes e os largos de São Francisco e da Carioca, tornam-se muito mais significativos que em outras áreas da cidade. A volumetria homogênea da área, caracterizada pelos sobrados ecléticos de três ou quatro pavimentos, é quebrada apenas pelos altos edifícios de construção recente, junto aos seus limites, como o Campo de Santana e a Rua Uruguaiana.

O uso comercial varejista no entorno da Rua da Alfândega e do Largo de São Francisco é, sem dúvida, o aspecto mais marcante da área, também caracterizada pelos usos culturais, recreativos e de lazer próximos à Praça Tiradentes. Esses usos, juntamente com a arquitetura, onde se destacam os pequenos prédios que reproduzem o gosto eclético popular, compõem a identidade desta ambiência.



Área 2 – Praça XV

Porta de entrada do Brasil até o final do século XIX, ainda mantém deste passado monumentos de arquitetura civil e religiosa intercalados com o casario antigo, conferindo certo tom de nobreza ao local. Seu valor paisagístico é determinado pela arborização dos amplos espaços não edificados e pela presença do mar.

Esta área apresenta dois tipos distintos de ocupação: no trecho junto ao Arco do Teles, nas quadras compostas pelas ruas Ouvidor, do Mercado, do Comércio e dos Mercadores, as ruas são estreitas e os lotes de pequena testada, onde se destaca o casario antigo, hoje ocupado por bares e restaurantes. Outro aspecto do local são as construções novas e antigas, de caráter monumental, situadas entre as amplas avenidas Alfred Agache e Presidente Antonio Carlos, implantadas em grandes quadras, em alguns casos ocupando-as na sua totalidade. Neste trecho, que contempla diferentes tipologias estilísticas, estão abrigados usos financeiros, institucionais, culturais e religiosos.

Área 3 – Lapa-Cinelândia

As atividades culturais, políticas e de diversões que animaram este espaço urbano ao longo do tempo e que ainda persistem, juntamente com a variedade de seus múltiplos ambientes, o caracterizam como um ponto de referência para a cidade, se constituindo uma forte motivação para a preservação desta área.

Uma das suas principais características é a variação volumétrica das edificações, mais altas no entorno da Praça Marechal Floriano, e decrescendo progressivamente até chegar ao entorno do relógio da Glória. Na Cinelândia, a malha urbana é mais ampla e inclui os principais monumentos do início do século passado, os edifícios de construção mais recente e os espaços públicos. Esta trama vai se adensando até as quadras da Lapa, onde persiste o esquema original, com lotes de testada reduzida e grande profundidade, onde a arquitetura do início do século XX, principalmente os sobrados de inspiração eclética, ganha um caráter popular, de colorido marcante.





Alguns exemplos de imóveis preservados:



Rua Buenos Aires, 220



Rua da Alfandêga, 196



Rua Senhor dos Passos



Rua da Alfandêga, 200



Rua Senhor dos Passos



Rua Senhor dos Passos



Rua Senhor dos Passos

O sobrado localizado na Rua da Candelária nº 2 foi tombado pelo Decreto 8.754, de 19/091989. Em 2007, foi decretada sua Área de Entorno de Bem Tombado, definida pela quadra formada pelas ruas da Candelária, da Alfândega, Primeiro de Março e Buenos Aires, de acordo com o **Decreto 28.911/07**, que preservou os imóveis da Rua da Candelária, 4 e 6 e da Rua da Alfândega, 5 e 7.

Este trecho, no entorno da Igreja da Candelária, foi o centro bancário da cidade desde o início do século XX e abriga grande quantidade de edificações ligadas ao setor financeiro. A quadra protegida, à exceção do imóvel 49 da Rua Primeiro de Março, um edifício de construção recente e cerca de 15 pavimentos, é constituída por sobrados ecléticos e imóveis um pouco posteriores, da década de 1920, de maior porte e inspiração eclético-classicizante, as antigas sedes de instituições financeiras.



Rua da Candelária, 2

Rua da Candelária: 4, 6
Rua da Alfândega: 5, 7



Rua da Alfândega, 5



Rua da Candelária, 4



Área 1:

Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito na Rua Uruguaiana, s/nº - Tombamento em 07/04/1938 - Livro Histórico, vol. 1, inscrição 10 – Livro Belas Artes, vol.1, inscrição 24 (F)

Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Boa Morte, (inclusive todo o seu acervo), na Rua do Rosário, s/nº - Tombamento em 05/05/1938 – Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 19 - Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 46 (F)

Arquivo Nacional, na Praça da República, 173 - Tombamento em 24/05/1938 – Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 35 – Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 74 (F)

Igreja do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé, na Av Passos, 50 - Tombamento em 22/07/1938 – Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 88 – Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 191 (F)

Museu Casa, na Praça da República, 197. Tombamento em 04/06/1958 – Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 323 (F)

Casa do Marechal Deodoro da Fonseca, na Praça da República, s/nº - Tombamento em 04/06/1958 – Livro histórico, vol. 1, inscrição 35 – Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição 323 (F)

Conjunto Arquitetônico, na Rua Gonçalves Ledo, 5, 5A, 5B, 7 e 11 - Tombamento em 28/04/1980 – Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico inscrição nº 79 (F)

Vila Avenida Modelo, na Rua Regente Feijó, 55 - Tombamento em 30/09/1985 – Livro Belas Artes, vol. 2, inscrição nº 571 (F)

Campo de Santana, na Praça da República. Tombamento em 26/04/1968 (E)

Real Gabinete Português de Leitura, na Rua Luís de Camões, 30 - Tombamento em 04/10/1970 (E)

Cinema Íris, na Rua da Carioca, 49 a 51 - Tombamento em 14/06/1978 (E)



Quartel Central do Corpo de Bombeiros, na Praça da República, 45 - Tombamento em 13/02/1979 (E)



Conjunto de edifícios e obelisco, na Avenida Rio Branco - Tombamento Provisório em 13/07/1982 - Inciso II do Art. 5º do Decreto n.º 5.808 de 13/07/82 Proc. E-18/001919/05 D.O. E 25/05/06 (E)

Prédio, n.º 88,90,92 e 94 (esquina da Rua do Rosário)

Museu Nacional de Belas Artes, (n.º 199)

Biblioteca Nacional, (n.º 219)

Centro Cultural da Justiça Federal, (n.º 241)

Obelisco, (s/n.º)

Relógio da Carioca, no Largo da Carioca - Tombamento em 26/01/1983 (E)

Confeitaria Colombo, na Rua Gonçalves Dias, 32 a 36 - Tombamento em 09/02/1983 (E)



Conjunto Urbano, na Rua da Carioca, 2 ao 87 - Tombamento em 26/08/1985 - Resolução n.º 12 de 31/07/85 D.O de 17/08/85 (E)

Casa Cavé, na Rua Sete de Setembro, 133 - Tombamento em 18/11/1987 - Resolução SEC n.º 32 de 21/10/87 D. O de 18/11/87 (E)



Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio De Janeiro, no Largo do Caco ou Rua Moncorvo Filho, 2 a 8 - Tombamento em 27/01/1988 - Resolução SEC N.º 38 de 19/01/88 - D. O de 27/01/88 (E)

Teatro Glauce Rocha, na Av Rio Branco, 179 - Tombamento em 24/06/1994 - Resolução SEC N.º 96 de 20/06/94 D. O de 24/06/94 (E)

Imóveis, na Rua Regente Feijó, 72,74 e 76 - Tombamento em 14/08/2001 - Edital D.O. (E)

Igreja de Nossa Senhora do Terço, na Rua Senhor dos Passos, 140 - Tombamento em 14/08/2001 - Edital D.O (E)

Acervo Arquivístico do Arquivo Nacional, na Praça da República, 173 - Tombamento em 30/12/2002 (E)

Conjunto de Sobrados, na Rua Sete de Setembro, 182, 184 e 186. Tombamento em 02/09/1985 - Dec. 5302/85 (M)

Arquivo e Museu Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na Praça da República, 26 - Tombamento em 17/03/1993 - Dec. 11.971/93 (M)

Primeira Circunscrição do Serviço Militar, na Praça da República, 123. Tombamento em 08/09/1987 - Dec. 6932/87 (M)



Casa Daniel, na Rua Gonçalves Dias, 13 - Tombamento em 24/11/1987 - Dec. 7.171/87 (M) República, Praça da, s/nº



Escola Municipal Campos Salles - Tombamento em 21 /06/1990 - Dec. 9.414/90 (M)



Confeitaria Manon, na Rua do Ouvidor, 187/189 - Tombamento em 17/03/1993 - Dec. 11.969/93 (M)

Imóvel, na Praça da República, 17- Tombamento em 27/04/1999 - Lei 2788/99 (M)

4 Fontes tipo Stella com o busto Europa, 1 Chafariz: a sereia, 4 portões e 8 vasos ornamentais - Fonderie Du Val D Osne, na Praça da República (Campo de Santana) - Tombamento em 05/10/2000 - Dec. 19.011/00 (M)

1 busto: Europa e 1 Chafariz Fonderie Du Val D Osne, na Praça da República (Campo de Santana / Depósito da Fundação Parques e Jardins) - Tombamento em 05/10/2000 - Dec. 19.011/00 (M)

2 Estátuas: Esculápio e Hígia, cópias da antiguidade - Fonderie Du Val D Osne, na Praça da República, 11 (Hospital Souza Aguiar) - Tombamento em 05/10/00 - Dec. 19.011/00 (M)

Prédio onde funcionou a chapelaria A Radiante, na Rua Sete de Setembro, 137 - Tombamento em 05/10/2000 - Dec. 19.001/00 (M)

Imóvel, na Rua Buenos Aires, 312 e 314 - Tombamento em 05/10/2000 - Dec. 19.007/00 (M)

Edifício Marquês do Herval, na Av Rio Branco, 185 - Tombamento em 07/06/2002 - Dec. 21529/02. *Tombamento Provisório: em 11/07/2006 - Dec. 26.712/06 (M)

Painel localizado no hall de elevadores situado no Subsolo, do edifício comercial Marquês do Herval, na Av Rio Branco, 185. Tombamento provisório em 06/03/2007 - Dec. 27651/07 (M)

Edifício, na Av Rio Branco, 88 a 94 - Tombamento em 25/05/2006



Imóvel, na Praça da República, 26 - Tombamento em 19/05/2009 - Dec. 19/05/09 (M)

Paisagismo da reforma do Largo da Carioca (Obras Burle Marx), no Largo da Carioca - Tombamento em 04/08/2009 - Dec. 30936/09 (M)

Área 2:

Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, inclusive todo o seu acervo, na Rua do Ouvidor, 35 - Tombamento em 20/04/1938 - Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 14 - Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 31 (F)

Casa França-Brasil (Antiga Praça do Comércio e Alfândega), na Rua Visconde de Itaboraí, 78 - Tombamento em 24/05/1938 - Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 36 - Livro Belas Artes, vol.1, inscrição nº 75 (F)

Igreja de São José, na Av Presidente Antônio Carlos, esquina com Rua São José - Tombamento em 15/07/1938 - Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 81 - Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº167 (F)

Paço Imperial, na Praça Quinze de Novembro, 48 - Tombamento em 06/04/1938 - Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 9 - Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 23 (F)



Chafariz do Mestre Valentin, na Praça Quinze de Novembro - Tombamento em 11/05/1938 - Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 25 - Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 58 (F)

Santa Casa da Misericórdia e Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, na Rua Santa Luzia, 206 - Tombamento em 15/07/1938 - Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nºs 173 e 174 (F)

Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, Arco e Oratório de Nossa Senhora da Boa Esperança, na Rua Primeiro de Março, s/nº - Tombamento em 20/04/1938 - Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº13 - Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 28 (F)



Chafariz do Mestre Valentin, na Praça Quinze de Novembro - Tombamento em 11/05/1938 - Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 25 - Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 58 (F)



Arco do Teles e casas de números 32 e 34, na Praça Quinze de Novembro - Tombamento em 30/06/1938 - Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 64 - Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 158 (F)



Igreja da Nossa Senhora do Carmo, na Rua Primeiro de Março, s/nº e Rua do Carmo, 46 a 54 - Tombamento em 16/01/1942 - Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 186 - Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 253-A (F)

Igreja de São José, na Av Presidente Antônio Carlos, esquina com Rua São José - Tombamento em 15/07/1938 - Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 81 - Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 167 (F)



Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso, no Largo da Misericórdia, s/nº - Tombamento em 15/07/1938 - Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 173 (F)



Ladeira da Misericórdia, na Ladeira da Misericórdia - Tombamento em 08/10/1965 (E)

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), na Praça Quinze de Novembro, s/nº antigo Entrepósito de Pesca (fachada e volumetria) - Tombamento em 09/12/1998 - Edital D.O. (E)

Igreja de Santa Cruz dos Militares, na Rua Primeiro de Março, 36 - Tombamento: 22/07/1938 – Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 89 – Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 192 (F)



Conjunto Universitário Cândido Mendes, na Praça Quinze de Novembro, 101 - Tombamento em 31/07/1964 – Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº375(F)



Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Quinze de Novembro e imediações, na Praça Quinze de Novembro, área central e imediações - Tombamento em 14/03/1990 – Livro Histórico, vol. 2, inscrição nº 531 – Livro Belas Artes, vol. 2, inscrição nº 598 – Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico - inscrição nº 106 (F)

Instituto Histórico e Cultural da Aeronáutica (antiga Estação Hidro-Aviões), na Praça Marechal Âncora, s/nº - Tombamento em 29/01/1957 – Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 438 (F)



Acervo bibliográfico do Museu Histórico Nacional, na Avenida Rio Branco, 219 - Tombamento em 30/12/2002 - (E)

Clube Naval, na Avenida Rio Branco, 180 - Tombamento em 18/11/1987 – Resolução SEC Nº 35 de 21/10/87 D. O de 18/11/87 (E)

Palácio Tiradentes, na Av Presidente Antônio Carlos, 641 - Tombamento em 20/08/1992 (M) Dec. 11292/92 – 10.03.1993 (F) – Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 533 – Livro Belas Artes, vol.1, inscrição nº 602



Museu da Imagem e do Som - MIS, na Praça Rui Barbosa, 1 - Tombamento em 19/10/1988 - Resolução SEC Nº 57 de 12/03/92 - D. O de 18/03/92 (E)

Museu Naval e Serviço de Documentação da Marinha, na Rua Dom Manoel, 15 - Tombamento em 26/01/1983 (E)



Acervo arquivístico do Serviço de Documentação da Marinha, na Rua Dom Manuel, 15 - Tombamento em 30/12/2002 (E)

Acervo bibliográfico da Biblioteca Paulo Santos, sediada no Paço Imperial, na Praça Quinze de Novembro, 48 - Tombamento em 30/12/2002 (E)

Procuradoria Geral do Estado - Exclusivamente em seus aspectos de volumetria, composição das **fachadas** e respectivos **ornatos**, na Rua Dom Manoel, 25 - Processo nº E-18/001 0016/2004. Tombamento Provisório de 11/11/2004 - Resolução/SEC nº 127 D.O de 02/08/06 (E)

1 Estátua: a Justiça Fonderie Du Val D Osne, na Av Rio Branco, 241 (Supremo Tribunal Federal) - Tombamento em 05/10/2000 Dec.19011/00 (M)

Justiça Federal, na Av Rio Branco, 241 - Tombamento em 05/05/1988 - Dec. 7608/88 (M)

4 Estátuas: a Agricultura, a Marinha, a Indústria e o Comércio, de Mathurin Moreau Fonderie Du Val D Osne, na Rua Primeiro de Março, 42 (Tribunal Regional Eleitoral) - Tombamento em 05/10/2000 - Dec. 19.011/00 (M)

2 Estátuas: a Ciência e a Indústria Fonderie Du Val D Osne, na Rua Dom Manoel, 25 (Procuradoria Geral do Estado) - Tombamento em 05/10/2000 - Dec. 19.011/00 (M)

Restaurante Albamar, na Praça Marechal Âncora, 184 - Tombamento em 10/01/1983 (E)



Acervo bibliográfico e arquivístico da Biblioteca Nacional, na Av Rio Branco, 219 - Tombamento em 30/12/2002 (E)



Sobrado, na Rua Visconde de Itaboraí, 8 - Tombamento em 22/09/1986 - Lei 900/86 (M)



Tribunal Regional Eleitoral, na Rua Primeiro de Março, 42 - Tombamento em 30/08/1993 - Dec. 12245/93 (M)



Conjunto de Prédios na Rua São José e Dom Manuel, na Rua São José, nºs 8 e 16, 54 e 56, 76, 78, 80 e o 86; Travessa do Paço com Rua São José e Rua Dom Manuel, 14 - Tombamento em 27/04/1995 - Lei 2312/95 (M)



Passeio Público, (inclusive o **Chafariz dos Jacarés**, os **Obeliscos** e o **Portão do Mestre Valentim**), na Rua do Passeio, s/nº - Tombamento em 30/06/1938 - Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº 71 - Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 153 (F)



Paisagismo para o Centro Cultural Banco do Brasil (Obras Burle Marx), na Rua Primeiro de Março, 66 - Tombamento em 04/08/2009 - Dec. 30.936/09 (M)

Área 3:

Edifício Rex, onde funcionam: **Cine Rex** e o **Teatro Rival**, na Rua Álvaro Alvim, 33 a 37. Tombamento em 19/08/2004 - Decreto 24543/04 (M)

Chafariz do Jardim do Monroe - Tombamento em 03/02/1988 (M) - Dec. 7396/90 (F) - Livro Belas Artes, vol. 2, inscrição nº 597



Relógio e Amurada da Glória, na Rua da Glória, s/nº. Tombamento em 26/01/1983 - Glória, Rua da, 64 - Praça do Monroe (E)

Palácio Pedro Ernesto, Praça Floriano, s/nº - Tombamento em 17/05/1988 - Resolução SEC Nº 50 - de 02/05/88 D.O.I de 17/05/88 (E)



Sala Cecília Meireles, incluindo o Auditório Guiomar Novaes com o Espaço Ayres de Andrade, no Largo da Lapa, 47 - Tombamento em 09/12/2002 - Edital Diário Oficial do Estado. Tombamento Definitivo em Decreto nº 5808 de 13/07/82 - Resolução/SEC nº 126 D.O.E de 30/06/06 (E) (F) - Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 503



Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Lapa do Desterro, no Largo da Lapa, s/nº - Tombamento em 17/05/1938 - Livro Histórico, vol. 1, inscrição nº34 – Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 72 (F)

Escola Municipal Evangelina Duarte Batista, Praça Quinze de Novembro, 28 - Dec. 29786/2008 - Tombamento em 29/08/2008 (M)

Teatro Municipal, na Praça Floriano, s/nº. Tombamento em 04/01/1972 (E) - 24/05/1973 (F) - Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 303

Clube Naval, na Av Rio Branco, 180 - Tombamento em 18/11/1987 - Resolução SEC Nº 35 de 21/10/87 D.O.E de 18/11/87 (E)



Acervo Bibliográfico do Museu Histórico Nacional, na Av Rio Branco, 219 - Tombamento em 30/12/2002 (E)

Teatro Municipal, na Praça Floriano, s/nº - Tombamento em 04/01/1972 (E) -

Museu Nacional de Belas Artes, na Av Rio Branco, 199 - Tombamento em 24/05/1973 – Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 505 (F)

Monumento ao Marechal Floriano Peixoto, na Praça Floriano, s/nº - Tombamento em 30/11/1989 (E)

Lampadário Monumental do Largo da Lapa, no Largo da Lapa - Tombamento em 26/01/1983 (E)



Justiça Federal, na Av Rio Branco, 241 - Tombamento em 05/05/1988 - Dec. 7608/88 (M)



Biblioteca Nacional, na Av Rio Branco, 219 - Tombamento em 24/05/1973 – Livro Belas Artes, vol. 1, inscrição nº 504 (F)



Lampadário Monumental do Largo da Lapa, no Largo da Lapa - Tombamento em 26/01/1983 (E)

Justiça Federal, na Av Rio Branco, 241 - Tombamento em 05/05/1988 - Dec. 7608/88 (M)

Acervo Bibliográfico e Arquivístico da Biblioteca Nacional, na Av Rio Branco, 219 - Tombamento em 30/12/2002 (E)

Acervo Bibliográfico do Museu Histórico Nacional, na Av Rio Branco, 219 - Tombamento em 30/12/2002 (E)

Automóvel Clube do Brasil, na Rua do Passeio, 90 - Tombamento em 24/07/1965 - Dec. 802 (E)

Fundição Progresso, na Rua dos Arcos 28 a 42 - Tombamento em 09/11/1987 - Resolução Nº 30 - de 14/10/87 D. O de 09/11/87 (E)

Escola Municipal Deodoro - Tombamento em 02/09/1985 - Dec. 5303/85 (M)

Estátua: A Justiça Fonderie Du Val D Osne, na Av Rio Branco, 241 (Supremo Tribunal Federal) - Tombamento em 05/10/2000 - Dec.19011/00 (M)

Conjunto Urbano, na Praça Floriano, 55; Fachadas dos prédios situadas à Rua Francisco Serrador, 2; Rua Álvaro Alvim, 24 e 48; Praça Mahatma Gandhi, 2 - Tombamento em 30/11/1989 - Lei 1467/89 (M)

Ponte de ferro imitando galhos de árvore e quatro Estátuas: a Primavera, o Verão, o Outono e o Inverno de Mathurin Moreau- Fonderie Du Val D Osne, na Rua do Passeio, s/nº (Passeio Público) - Tombamento em 05/10/2000 - Dec.19011/00 (M)

Edifício Rivoli e Cinema Vitória, Rua Senador Dantas, 45 A - Tombamento em 19/03/07 Dec. 27705/07 (M)

Cinemas Palácio 1 e 2 Centro, na Rua do Passeio, 38 e 40 - Tombamento em 04/09/2008 Dec. 29816/08 (M)

Edifício Mesbla - Obra do Arquiteto Henri Sajois, na Rua do Passeio, 48/56 - Tombamento em 03/08/2000 - Dec. 18.837/00 (M)



Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, 98 - Tombamento em 15/04/1994 - Dec. 12802/94 (M)



Conjunto Urbano, na Praça Floriano, 55; Fachadas dos prédios situadas à Rua Francisco Serrador, 2; Rua Álvaro Alvim, 24 e 48; Praça Mahatma Gandhi, 2 - Tombamento em 30/11/1989 - Lei 1467/89 (M)

